



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social, geração e classes sociais

Sub-eixo: Envelhecimento

ENVELHECIMENTO E OS DESAFIOS PARA O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

ROSIRAN CARVALHO DE FREITAS MONTENEGRO¹

RESUMO

O artigo discute envelhecimento e o trabalho de assistentes sociais. É fruto de pesquisa qualitativa. Onze profissionais responderam o questionário no Google Form. Identificou-se que as participantes reconhecem a importância da qualificação e do compromisso ético político profissional. Apontam aspectos da gestão e das concepções de velhice que impactam nos limites e possibilidades do trabalho.

Palavras-chave: Envelhecimento. Serviço Social. Trabalho Profissional

ABSTRACT

This article discusses aging and the work of social workers. It is the result of qualitative research. Eleven professionals answered the questionnaire on Google Forms. It was identified that the participants recognize the importance of qualification and ethical-political professional commitment. They point out aspects of management and conceptions of aging that impact the limits and possibilities of the work.

Keywords: Aging. Social Work. Professional Work.

INTRODUÇÃO

O acelerado processo do envelhecimento demográfico brasileiro impõe que o reconhecimento das demandas e necessidades de respostas a esta população também o sejam. Apesar dessa constatação, sabe-se que por aqui as dificuldades imperam em razão da crônica desigualdade social, o que torna mais difícil a experiência da velhice e mais lentas as respostas

¹ Universidade Federal de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pela via das políticas públicas. O contexto econômico capitalista e neoliberal direciona para o sentido contrário daquele que amplia direitos e políticas sociais. O envelhecimento e os seus desafios estão inseridos no contexto social, político, econômico e cultural, caracterizando-se pela complexidade e necessária visão interdisciplinar no trato da questão. Trata-se de uma questão processual e histórica que se revela heterogênea e é permeada de fatores que suscitam o debate no ambiente acadêmico e profissional. Nesse sentido, este artigo dialoga com o trabalho de assistentes sociais.

Parte-se do entendimento de que a velhice é uma experiência resultado das condições materiais de existência, afetada por classe, raça e gênero. O aumento da longevidade, expresso no aumento da expectativa de vida, deve ser comemorado pela sociedade, porque representa melhorias nas condições de vida, de saúde e alteração do padrão de morbidade e mortalidade. O Censo do IBGE de 2022 indica a continuidade da tendência de crescimento da população idosa brasileira, representando na atualidade 15,8% da população, quando em 2010 esse percentual era de 10,8%.

No âmbito da profissão do Serviço Social considera-se fundamental pautar este tema na formação profissional e no cotidiano do trabalho de assistentes sociais. A questão social do envelhecimento e os seus desdobramentos justificam o diálogo proposto neste artigo, privilegiando a discussão do trabalho profissional com pessoas idosas, tendo como base o projeto ético político profissional.

O artigo tem como objetivo a discussão do processo de envelhecimento no Brasil e o trabalho de assistentes sociais com pessoas idosas. A abordagem dessa temática é desenvolvida na perspectiva da Gerontologia Social Crítica, fundamentada na visão de totalidade do ser social. É fruto de pesquisa sobre a velhice e proteção social, com destaque para os desafios do Serviço Social.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica com abordagem qualitativa realizada na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)² com assistentes sociais que trabalham com

² A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), fica no Estado de São Paulo e foi criada em 1996 pela Lei Complementar nº 815. É composta por 9 municípios (Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente). Segundo o Censo IBGE (2022) tem 1,8 milhões de habitantes e destes 17,3% são pessoas idosas. Em 2010, este percentual era de 10,2%. Na cidade de Santos este índice é de 25,3%. O índice de envelhecimento nesta região é de 129,9. Significa que para cada 100 pessoas menores de 15 anos, tem-se quase 130 pessoas maiores de 60 anos. Ao mesmo tempo em que alguns municípios se apresentam como polo de atração turística e de qualidade de vida para as pessoas idosas, verifica-se que a desigualdade social impacta na realização de boas condições de vida a muitos de seus habitantes, no que diz respeito à moradia, renda e acesso a bens e serviços públicos essenciais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

demandas do envelhecimento. Foi utilizado um questionário dividido em eixos que buscavam conhecer o perfil demográfico, a formação acadêmica as demandas do trabalho com pessoas idosas, os desafios para o Serviço Social e as concepções de envelhecimento destes profissionais. Foi construído no *Google Forms* e divulgado por e-mail ou WhatsApp para profissionais do Serviço Social que trabalhassem no âmbito das políticas de seguridade social. Participaram da pesquisa 11 profissionais. Os resultados apresentados neste artigo são parciais e versam essencialmente sobre os eixos de análise que tratam das demandas, limites e possibilidades do trabalho profissional. A pesquisa foi aprovada no Conselho de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo.

As reflexões estão aqui organizadas em dois eixos: o primeiro traz a concepção de envelhecimento e um breve percurso da atenção a essa temática no Brasil; o segundo aborda o trabalho profissional de assistentes sociais com demandas do envelhecimento, focando no debate sobre limites e possibilidades.

1 O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO NO BRASIL E NOTAS SOBRE O PERCURSO DOS DIREITOS SOCIAIS DAS PESSOAS IDOSAS

O envelhecimento demográfico no mundo e no Brasil tem despertado o interesse de pesquisadores, organismos internacionais e gestores públicos com o reconhecimento de que esta realidade demanda políticas específicas que atendam às necessidades das pessoas idosas. Simone de Beauvoir, em 1970 com o seu clássico *A Velhice*, apontava o que chamou de “conspiração do silêncio” para a falta de atenção e compreensão dessa realidade na Europa, além dos estigmas e preconceitos que deixavam as pessoas idosas de fora dos processos produtivos, tendo como consequência aposentadorias precoces, desemprego e condições precárias de existência, mais precisamente, miséria. O percurso desse fenômeno no Brasil tem ocorrido de forma acelerada, o que impõe que as demandas e necessidades de respostas também o sejam. Apesar dessa constatação, sabe-se que as dificuldades imperam principalmente pela crônica desigualdade social, que torna mais difícil a experiência da velhice e mais lentas as respostas pela via das políticas públicas.

Parte-se do entendimento de que a velhice é uma experiência resultado das condições materiais de existência, fortemente afetada por marcadores de classe, raça e gênero. Trata-se de um processo decorrente de condições sociais, econômicas, políticas, culturais e subjetivas. Dessa



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

forma, pode-se dizer que o fenômeno do envelhecimento não é apenas um processo biológico, homogêneo ou transcendental, mas processual e histórico. As desigualdades sociais que assolam a vida da classe trabalhadora na infância, juventude e vida adulta se expressam de forma mais perversa na velhice. Esse entendimento corrobora a ideia de que as demandas dessa população sejam compreendidas coletivamente, considerando que se trata de uma questão social e não individual e familiar. Com base em Yamamoto (2010), a questão social expressa o conjunto de desigualdades e lutas sociais que são produzidas no bojo das relações capitalistas e os conflitos e disputas que permeiam os diferentes projetos societários.

Conforme se observa nos dados do IBGE do Censo de 2022, atualmente o país conta com 32,1 milhões de pessoas idosas (maiores de 60 anos) e representam 15,8% da população. Em 1980, esse percentual era 6,1% e em 2010 era de 10,8%. O aumento do número de pessoas idosas entre 2010 e 2022 foi de quase 50%. É necessário reconhecer que o aumento da longevidade, expresso no aumento da expectativa de vida, deve ser comemorado pelas sociedades, porque representa melhorias nas condições de vida, nas condições de saúde e alteração do padrão de morbidade e mortalidade na sociedade. Além disso, a redução da natalidade e do número de filhos por mulher também impactam nesse resultado.

Assim, se faz necessário elencar de forma breve como o Brasil tem respondido às demandas do envelhecimento com legislações, políticas públicas ou benefícios sociais, especialmente no âmbito da seguridade social, que segundo a Constituição Federal de 1988 abrange as políticas de saúde, previdência e assistência social. Apesar da importância de todas as políticas públicas contemplarem as necessidades das pessoas idosas, como as políticas de educação, habitação e cultura, por exemplo, aqui destaca-se o percurso das políticas de proteção social, especialmente aquelas para as pessoas idosas.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) é sem dúvidas a principal conquista do povo brasileiro no contexto da redemocratização do país após os anos ditatoriais. Os direitos de proteção social até então se limitavam a trabalhadores formais e de algumas categorias profissionais como visto nas primeiras iniciativas com a Lei Eloy Chaves em 1923 e o chamado “aparato varguista” no período de 1930 a 1945, o qual se caracterizava pelo conjunto de leis trabalhistas, previdenciárias e sindicais. Com a instituição dos princípios da seguridade social na CF/88, a sociedade brasileira passa a contar com três importantes políticas para a proteção social: nas situações relacionadas ao trabalho, às condições de saúde e às condições de vulnerabilidade social. São políticas que cumprem importante papel na reprodução social dos trabalhadores.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As legislações subsequentes foram regulamentando cada um desses direitos, sendo impactadas pelos conflitos de interesses que envolvem o radical contexto neoliberal e impõem o Estado Mínimo para os trabalhadores e máximo para a obtenção de lucros. O Brasil vem trilhando a contradição de ao mesmo tempo ampliar direitos sociais em sua Carta Magna e atender aos ditames do capital que orienta um caminho diametralmente oposto com relação ao que chamam de “gastos” sociais. Isso para garantir os retornos lucrativos pela via dos pagamentos da dívida pública. Isto é, o país deve gastar menos com políticas sociais para garantir os recursos que vão pagar os juros da dívida pública, segundo a visão propagada pelos neoliberais. Esse contexto marca os avanços e recuos que exigem luta diária de todos os setores comprometidos com os direitos sociais. Assim tem sido nas lutas para consolidação da política de saúde, de assistência social e nas lutas contra as reformas previdenciárias, que ao longo dos últimos trinta anos vêm dificultando o acesso a benefícios previdenciários, além de ampliar as contribuições dos trabalhadores.

As iniciativas da ONU sobre o envelhecimento demográfico têm como marco duas assembleias mundiais que ocorreram no curso de vinte anos entre uma e outra. A I Assembleia Mundial para o Envelhecimento, em 1982 em Viena aprovou o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, com princípios gerais de dignidade humana orientando os países a produzirem suas políticas para esta população. Com a diretriz de que ao lado do Estado, a família e a sociedade deveriam produzir o bem-estar da pessoa idosa. Demoraram-se vinte anos³ para a II Assembleia Mundial para o Envelhecimento, realizada em Madri no ano de 2002, a qual produziu o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento que tem como marco em suas diretrizes a ideia do envelhecimento ativo, compreendido para além dos aspectos físicos e incluindo a participação ativa das pessoas idosas na vida econômica e social dos países. Estes documentos impactaram a trajetória brasileira em relação aos direitos da pessoa idosa, tanto pelos aspectos interessantes, como pelos aspectos críticos. A visibilidade do tema é, sem dúvidas, o principal valor destas iniciativas. O tratamento da pessoa idosa de forma homogênea é o objeto de maior crítica entre os pesquisadores fundamentados na Gerontologia Social Crítica⁴, perspectiva utilizada neste artigo.

³ Em 1991 a ONU publicou a Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Idosa, em 1992 publicou a Proclamação do Envelhecimento que declarou o ano de 1999 como o Ano Internacional da Pessoa Idosa.

⁴ Por esta perspectiva a abordagem da velhice se dá pelo entendimento que vai além dos aspectos físicos e biológicos. A totalidade social e histórica da vida deve compor esse entendimento. É uma visão fundamentada na Teoria Social Crítica de Marx, utilizando-se do método dialético para compreensão dos fenômenos da realidade social do envelhecimento. No Serviço Social algumas autoras se destacam nessa perspectiva. Vide Teixeira (2008) e Paiva (2014).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A CF/88 em seu artigo 230 diz que: “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida” (Brasil, CF, 1988). Esta base terá influência direta nas medidas subsequentes consolidando no Brasil a constatação de que o cuidado de pessoas idosas é uma obrigação da família. Essa visão está de acordo com a ideia de Estado Mínimo que retira responsabilidades do Estado, convocando a família e a sociedade para prover os cuidados e o bem-estar de seus membros.

Montenegro (2021) demonstra em sua pesquisa com cuidadores que a quase totalidade eram mulheres e quando perguntadas sobre de quem era a responsabilidade pelo cuidado das pessoas idosas, responderam unanimemente que seria da família. Mas, a mesma pesquisa abordou sobre a sobrecarga e adoecimento relatados pelas mulheres que representavam 83% das pessoas pesquisadas. Então, afirma-se que as condições de vida e trabalho são determinadas socialmente e impactam na experiência da velhice. Bem como na capacidade das famílias assumirem a responsabilidade do cuidado.

No que diz respeito aos direitos da pessoa idosa no Brasil, estes são instituídos como resposta às demandas desse grupo social. Um dos benefícios mais importantes e que se efetivou como um mecanismo de inclusão social tirando pessoas idosas da miséria é o Benefício de Prestação Continuada instituído na CF/88 e regulamentado na Lei Orgânica da Assistência Social em 2003. Esse benefício de um salário-mínimo engloba as pessoas idosas e pessoas com deficiência, cuja renda *per capita* familiar seja inferior a $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo.

Em 1994 foi regulamentada a Política Nacional do Idoso que assegura direitos sociais, autonomia e participação das pessoas idosas na sociedade. Até o final da década de 1990 vários decretos e portarias instituem políticas e modalidades de atendimento na saúde. Em 2000 a Lei 10.048 institui o atendimento prioritário (que inclui pessoas idosas, gestantes e pessoas com deficiência) e em 2001 a Lei 10.173 determina a prioridade no âmbito de procedimentos judiciais para este segmento populacional.

O Estatuto do Idoso instituído pela Lei 10.741 de 2003 é o marco que orienta o conjunto de políticas voltadas às pessoas maiores de 60 anos. Depois dessa importante conquista, várias portarias e decretos se ocupam de formular direitos e proteções como: a instituição do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI); as Conferências Nacionais⁵ para discutir os direitos para esta população; a realização do plano com estratégias para o enfrentamento da

⁵ Entre 2006 e 2021 foram realizadas 5 Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa. A VI Conferência está prevista para agosto de 2025.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

violência contra as pessoas idosas; a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006); a instituição do Dia Nacional da Pessoa Idosa em 1º de outubro, data em que também se comemora o Dia Internacional da Pessoa Idosa; e a criação do Fundo Nacional do Idoso em 2010, dentre outras iniciativas, incluindo a discussão dos Cuidados de Longa Duração⁶ e o recente Projeto de Lei do atual governo que trata da Política Nacional de Cuidados⁷, que se aprovado impactará essencialmente as pessoas idosas.

Estas iniciativas brevemente listadas aqui poderiam dar a impressão de que as principais necessidades desse segmento populacional estariam sendo atendidas no contexto brasileiro. No entanto, os desafios são enormes tendo em vista todos os fatores que limitam a compreensão e efetivação dos direitos sociais que passam pela concepção econômica e pela infraestrutura na implementação destas políticas, que envolvem os entes federais, estaduais e municipais.

Considerando a complexidade do tema envelhecimento e a necessária abordagem interdisciplinar, esta pesquisa se ocupou de conhecer sobre o trabalho profissional de assistentes sociais que lidam direta ou indiretamente com pessoas idosas em alguns municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). A pesquisa (em processo de análise) não se ocupou de avaliar as políticas públicas nesta área, mas de levantar junto a assistentes sociais os desafios do trabalho profissional e a contribuição do Serviço Social no atendimento às demandas do envelhecimento. O item que segue aborda parcialmente a análise dos resultados, focando no perfil, nas atividades e nos limites e possibilidades apontados para o trabalho com pessoas idosas.

2 O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS COM AS DEMANDAS DO ENVELHECIMENTO: limites e possibilidades

A realidade demográfica brasileira e a natureza interdisciplinar do debate sobre o envelhecimento convocam os assistentes sociais a se ocuparem dessa temática, o que vem sendo observado gradativamente no âmbito das pesquisas acadêmicas e nos espaços sócio ocupacionais de diversas políticas públicas. É no projeto ético político do Serviço Social que estão

⁶ Em 2015, o Ministério da Saúde promoveu em Brasília o Seminário Internacional - Cuidados de Longa Duração, o qual produziu a "Declaração de Brasília", indicando pontos a serem considerados na construção de uma política de cuidados para pessoas idosas.

⁷ Em julho de 2024, o governo brasileiro encaminhou ao congresso o Projeto de Lei sobre a Política Nacional de Cuidados



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

os fundamentos que amparam este trabalho profissional. É necessário pautar este tema na formação profissional e no cotidiano do trabalho de assistentes sociais. A questão social do envelhecimento, as concepções da velhice, as lutas sociais deste segmento populacional, o controle social das políticas públicas para o envelhecimento, a necessária rede de serviços e os desafios no cotidiano do trabalho profissional são temas que precisam ecoar no debate científico e profissional, razão pela qual esta pesquisa se ocupou de colher dados oferecidos por assistentes sociais.

Apresenta-se na sequência alguns dados parciais do processo de análise, incluindo-se informações sobre o perfil das pessoas que responderam à pesquisa, bem como sobre a formação e vínculo de trabalho, para em seguida discutir sobre as atividades profissionais, possibilidades e limites do trabalho profissional com pessoas idosas.

A pesquisa foi respondida por 11 profissionais mulheres⁸, sendo nove delas na faixa de 40 a 59 anos, uma na faixa de 30 a 39 e uma na faixa de 60 a 69 anos. Todas são mulheres *cis*, sendo nove delas brancas e duas pardas, conforme se autodeclararam no quesito raça/cor. A maioria delas (6 - 54,5%) formaram-se há mais de 20 anos, e apenas uma delas formou-se entre 5 a 10 anos atrás. Perguntadas sobre a formação após a graduação, nove informaram terem feito especialização, sendo que uma delas especializou-se na área de Gerontologia. Uma das pessoas pesquisadas relatou ter feito mestrado. As profissionais trabalham em três municípios da Baixada Santista, todas com vínculo formal de trabalho, sendo nove funcionárias públicas e duas com vínculo pela CLT.

A pesquisa abrangeu profissionais com um perfil clássico da profissão que ainda é majoritariamente composta por mulheres⁹. O Relatório final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais, realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS,2022)¹⁰ com os dados do cadastramento, demonstra que 92,9% identificam-se com o gênero feminino, embora a pesquisa aponte o surgimento de outras identidades de gênero na profissão, expressando a importância do reconhecimento e visibilidade para a questão da diversidade sexual também entre os/as profissionais. Conforme a mesma pesquisa:

⁸ Por esta razão, a partir deste ponto, este texto segue fazendo uso apenas do gênero feminino na referência às pessoas pesquisadas.

⁹ O questionário desta pesquisa não abrangeu todas as denominações que compõem a diversidade sexual. As alternativas disponibilizadas foram as seguintes: Mulher *Cis*; Mulher *Trans*; Homem *Cis*; Homem *trans*; Prefiro não informar; Outros.

¹⁰ Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em 23/07/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As novas percepções no universo da identidade da classe trabalhadora ampliam a captação da diversidade dessa categoria social, contribuindo para a atualização e compreensão de suas lutas políticas, da contemplação de suas demandas no escopo das políticas públicas, e nas respostas da categoria profissional (CFESS, 2022, p.27).

O tempo de formadas e o vínculo formal de trabalho das assistentes sociais que responderam a esta pesquisa podem lhes assegurar a possibilidade da experiência, do amadurecimento no exercício do trabalho ao lado de uma possível segurança em relação à condição de trabalhadoras pela estabilidade advinda do vínculo no setor público. Por outro lado, essa condição não é definidora de percursos confortáveis na realização de um trabalho que na maioria dos municípios brasileiros ocorre sob condições precárias nas mais diversas políticas públicas. A pesquisa mencionada do CFESS (2022, p.91) demonstra que quase 60% das assistentes sociais trabalham no setor público, sendo 43,5% nos municípios, 11,1% na esfera estadual e 5,2% no serviço público federal. Com base no mesmo relatório:

A prevalência de vínculo contratual no setor público municipal é uma tendência histórica do mercado de trabalho de assistentes sociais, que cresceu principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando os municípios brasileiros ampliaram competências a partir do seu reconhecimento como entes federados e a descentralização de políticas sociais e serviços públicos antes centralizados em âmbito nacional e/ ou estadual (CFESS, 2022, p.91).

No levantamento sobre o trabalho com as demandas do envelhecimento, seis assistentes sociais informaram que trabalham com outras faixas etárias, incluindo as pessoas idosas¹¹ e duas trabalharam com esta demanda em um passado recente. Apenas duas pesquisadas trabalham exclusivamente com os maiores de 60 anos. Uma profissional referiu ter trabalhado no passado recente apenas com pessoas idosas. No âmbito desta pesquisa observa-se que as assistentes sociais são requisitadas para trabalhos com diversas demandas o que pode limitar a disponibilidade de tempo para aprofundar o conhecimento e reflexões sobre demandas específicas. Apenas duas assistentes sociais tiveram formação específica para o trabalho com demandas do envelhecimento. Uma delas na especialização e a outra em evento temático oferecido pela instituição que trabalha.

Reitera-se que a pesquisa não buscou identificar a política pública onde as profissionais trabalhavam, mas suas concepções, trabalhos e desafios com demandas do envelhecimento, sejam elas de qualquer das políticas de proteção social (saúde, previdência ou

¹¹ O questionário apresentou as seguintes alternativas: Atualmente trabalha apenas com pessoas idosas; Atualmente trabalha com outras faixas etárias, incluindo pessoas idosas; No passado recente (até 2 anos) trabalhou apenas com pessoas idosas; No passado recente trabalhou com outras faixas etárias, incluindo pessoas idosas; Nenhuma das anteriores.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

assistência social). Esta opção foi com o intuito de captar mais sobre o serviço social e menos sobre os procedimentos institucionais. No entanto, pelas informações levantadas é possível inferir que no universo desta pesquisa as pessoas trabalhavam essencialmente nas políticas de saúde e de assistência social, incluindo alguns serviços específicos para pessoas idosas. Essa característica também se apresenta por estas duas áreas serem as que mais absorvem o trabalho de assistentes sociais.

Apesar de não ter avaliado processos institucionais, a pesquisa mostrou que muitas vezes ocorrem eventos promovidos pela instituição em que trabalham com temas que não atendem aos interesses dos trabalhadores e não oferecem as ferramentas que auxiliem na compreensão da realidade e na realização do trabalho. Nas palavras de uma pessoa pesquisada:

[...] Temáticas pertinentes, porém descoladas de uma visão de totalidade e das relações sociais que se insere a pessoa idosa, não garantindo uma formação que garanta aos trabalhadores ferramentas para lidar com as mais diversas questões. Também não são temáticas eleitas pelos trabalhadores (S3)¹².

No levantamento sobre as atividades que as assistentes sociais desenvolvem de forma direta ou indireta com as pessoas idosas ou suas famílias, verifica-se que essas profissionais estão: na gestão de serviços; em atividades de apoio a equipes; em serviço de atendimento domiciliar na saúde; em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos; e em serviços de acolhimento institucional. As atividades desenvolvidas têm a centralidade no indivíduo e sua família na perspectiva de garantia de acesso a direitos, bem como a identificação de violações destes, utilizando para isso, recursos específicos dos serviços e a articulação em rede intersetorial. Para isso, identifica-se como instrumentos desse trabalho: entrevistas, assistência domiciliar, grupos e reuniões. A escuta qualificada apareceu no rol de atividades, embora refira-se a um modo de realização desse trabalho de forma que valorize o processo de escuta e produza comprometimento e construção de alternativas viáveis.

Evidencia-se que o conjunto de saberes é diversificado. Chama atenção que o objetivo dessas atividades muitas vezes seja para verificar situações que violem os direitos das pessoas idosas, aparecendo a “negligência” como uma das situações que levam à realização, por exemplo, da visita domiciliar. Vale destacar o sentido da palavra negligência. Conforme o Conselho Nacional do Ministério Público, baseando-se no Artigo 18, Inciso II do Código Penal

¹² As pessoas pesquisadas foram identificadas pela ordem de chegada dos formulários (S1, S2, S3....) para garantir os preceitos éticos de garantia do anonimato.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

brasileiro de 1940, negligência é a “inércia psíquica, a indiferença do agente que, podendo tomar as devidas cautelas exigíveis, não o faz por displicência, relaxamento ou preguiça mental”¹³.

É comum no âmbito do fazer profissional não só de assistentes sociais, mas de outros profissionais da área de saúde, educação e outras políticas públicas, a recorrência a este vocábulo (negligência ou negligente) para imputar a quem não cuida da pessoa, seja ela criança ou idosa, deixando de atender à expectativa do Estado e também da sociedade. Em relação às pessoas idosas, geralmente o termo é imputado à família quando esta não cumpre com a expectativa de cuidados. Então propõe-se uma reflexão: quem é negligente com quem? É um tema complexo, mas cabe questionar se esta adjetivação deve ser incorporada à linguagem profissional. Na maioria das vezes a adjetivação é a primeira informação que chega pelos processos, solicitações, quando sabe-se que as vulnerabilidades das pessoas idosas e suas famílias passam por questões materiais, afetivas, relacionais, condições de trabalho e tudo isso impacta nas condições para o cuidado.

Lemos (2013) em artigo que discute casos atendidos pelo Ministério Público do Rio de Janeiro que envolviam pessoas idosas discute sobre a responsabilização da família para o cuidado e aponta:

Nos moldes como se apresenta no Estatuto do Idoso, a criminalização do abandono soa como um encobrimento que desvia a atenção do aspecto que deveria ser considerado crucial para a resolução do problema: uma política consistente e concreta de apoio ao idoso em situação de dependência, marcada pela ação combinada da família e do poder público (Lemos, 2013, p.52)

Destaca-se também nesse rol de atividades aquelas que visam o fortalecimento das relações intergeracionais, cultura e lazer, na perspectiva de valorizar a autonomia da pessoa idosa. A atividade em grupo é uma excelente oportunidade de trocas de experiências, convívio social, informações educativas, formação sobre direitos e cidadania, mobilização e discussão de temas diversos de interesse dos participantes. É importante ressaltar que essas atividades sugerem ação interdisciplinar, embora nem sempre isso seja possível em razão da ausência de profissionais ou por outras limitações da equipe ou instituição.

Na indagação sobre os elementos facilitadores para a realização do trabalho com pessoas idosas, as respondentes ofereceram um leque interessante de aspectos que identificam como tal, 80% delas identificam no próprio profissional elementos que podem facilitar o trabalho,

¹³ Disponível em:

<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/7903-negligencia#:~:text=%C3%89%20a%20in%C3%A9rcia%20ps%C3%ADquica%2C%20a%20displic%C3%Aancia%2C%20relaxamento%20ou%20pregui%C3%A7a%20mental>. Acesso em 24/07/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

demonstrando a importância do comprometimento com a qualificação do trabalho profissional. Citam a própria formação, a experiência profissional, o tipo de escuta qualificada que fazem, a adesão e interesse pelo trabalho com pessoas idosas, além da busca por informações na área, visando a qualificação. Isto é, para essas assistentes sociais os principais elementos facilitadores passam por iniciativas do profissional relacionadas a sua formação e à forma como realizam o trabalho.

Essa visão traz um fator importante que é a percepção de que há iniciativas do trabalho profissional e da relação com as pessoas atendidas que dependem desse compromisso que o profissional assume diante do seu trabalho, lançando mão de recursos da sua formação e de seu compromisso ético político. No entanto, essa possibilidade não é descolada das condições concretas que envolvem o trabalho e a própria existência. Para 20% das participantes da pesquisa, os processos da ordem das relações de trabalho e da gestão institucional são os elementos facilitadores. Como exemplo, citam as legislações que tratam daquela demanda, o trabalho em equipe e as articulações de rede, envolvendo a intersetorialidade.

Essas duas visões são importantes e complementares. O compromisso ético, a qualificação profissional e a adesão ao tipo de demanda exigem ações que transcendem as diretrizes da política ou da instituição, mas com base nesse mesmo compromisso ético e político se faz necessária a percepção dos aspectos institucionais quanto a recursos, diretrizes, articulações, possibilidade de formações, trabalho em equipe que devem compor o conjunto das ações ofertadas de acordo com os objetivos institucionais.

As condições de trabalho que não dependem das equipes são determinantes e impactam nos resultados e na satisfação das pessoas atendidas e dos profissionais que realizam o trabalho. Em síntese, o conjunto das pessoas pesquisadas identificam dois elementos fundamentais e inseparáveis na composição de um trabalho eficaz para as pessoas atendidas. As visões são complementares e interdependentes, caso contrário, uma poderia obscurecer a outra. Os elementos facilitadores estão na competência, compromisso ético e qualificação profissional, bem como nas possibilidades de realização do trabalho profissional competente a partir dos recursos e diretrizes ofertados na instituição ou política pública onde ele acontece, além de todos os rebatimentos no campo contraditório dos projetos societários.

Considera-se importantes os dois ângulos de visão quanto aos elementos facilitadores do trabalho e reitera-se que o trabalho está conectado com a dinâmica contraditória das relações sociais e dos projetos societários em disputa. Essa compreensão tem sido bastante



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

difundida na profissão desde a década de 1980. Iamamoto (2011) propõe romper com a ideia “endógena” e “focalista” na profissão, haja vista a apreensão histórica das relações que envolvem o Estado e a sociedade. Nessa visão a profissão impacta e é impactada pelas relações sociais sendo convocada a reconhecer e lidar com os limites e possibilidades para a realização do trabalho profissional. A mesma autora contribui afirmando que:

[...] as alternativas não saem da uma suposta “cartola mágica” do assistente social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (Iamamoto, 2011, p.21).

Outra importante contribuição em Iamamoto (2017) é o apontamento da necessidade de se diferenciar o trabalho profissional dos procedimentos e diretrizes institucionais. Nos termos da autora: “[...] devemos recusar qualquer mimetismo entre política social e Serviço Social. Existe uma necessária autonomia entre o trabalho profissional na política pública e a política pública” (Iamamoto, 2017, p.31).

Recorrendo-se a Guerra (2000), o Serviço Social utiliza-se da sua instrumentalidade no cotidiano do trabalho profissional, a qual compreende a capacidade da profissão que é “construída e reconstruída no processo histórico”. A instrumentalidade comporta intencionalidade e não é sinônimo de instrumentos e técnicas (Guerra, 2000, p.1), compreende o conjunto de saberes que definem competências e habilidades que serão disponibilizadas nos espaços sócio ocupacionais e, nesse sentido, o trabalho profissional não se restringe à mera reprodução das regras e procedimentos institucionais.

Por fim, buscou-se levantar o que as assistentes sociais identificavam como dificuldades para o trabalho com pessoas idosas. Elas apresentaram um rol complexo de elementos, cuja maioria está relacionado à política pública e à falta de recursos para atender às demandas do envelhecimento. Desde a escassez de serviços no município, que gera filas enormes, até a concentração de alguns deles em regiões privilegiadas, o que dificulta o acesso das pessoas que vivem em regiões periféricas e com maior vulnerabilidade social.

Algumas assistentes sociais pesquisadas indicam a total ausência de serviços básicos de saúde ou de assistência social. São informações que remetem a um distanciamento entre o que diz as tipificações destas políticas e/ou normativas que protegem a pessoa idosa, como o próprio Estatuto do Idoso e a efetivação da atenção. Três pessoas pesquisadas apontaram sobre a condição de adoecimento mental ou físico da pessoa idosa, além da falta de vínculo familiar e isolamento social como fatores que dificultam o trabalho. A falta de capacitação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

das equipes e a ausência de projetos específicos para esta população também são elementos mencionados como dificultadores.

Entre as dificuldades apontadas, duas delas merecem destaque. Uma pessoa pesquisada fez referência à “infantilização” da população idosa e aos “[...] discursos culpabilizantes no que tange às famílias e que engessam alternativas e enfrentamentos coletivos” (S2). Em pleno acordo a estas preocupações, vale a reflexão sobre a pessoa idosa como sujeito de direitos, gozando de plena saúde física e mental ou não, não pode ser confundida e nem tratada como se fosse uma criança. É inadequado, por exemplo, utilizar o termo “creche para idoso”. A “infantilização” da pessoa idosa é contrária a todas as possibilidades de abordagem adequada dessa questão e se caracteriza por violência, no bojo dos estigmas e preconceitos contra esta população, reforçando a imagem negativa da velhice com impactos severos para a autonomia e participação social efetiva como cidadãos de direitos.

Dutra e Carvalho (2021) discutem essa temática a partir de um estudo teórico-reflexivo e apontam a inadequação presente nas atitudes de alguns profissionais de saúde. Nos dizeres das autoras:

[...]a infantilização da pessoa idosa também está presente na prática de profissionais de saúde, quando estes não respeitam suas opiniões e não comunicam devidamente seu estado de saúde, quando não os chamam pelo nome, e sim por “vovô” ou “vovó”, ou utilizam diminutivos para realizar os tratamentos, como, por exemplo: “dá o bracinho” (Dutra e Carvalho, 2021, p.86).

O segundo destaque de fatores que dificultam o trabalho diz respeito aos discursos culpabilizantes que afetam as famílias e “engessam alternativas e enfrentamentos coletivos” (S2). Como já mencionado neste eixo em relação à “negligência”, os dois aspectos dialogam. O termo “negligência” aparece na descrição das atividades. A preocupação com a “culpabilização das famílias” aparece no rol das dificuldades para o trabalho. O mesmo acontece com a “infantilização”. Os três termos - negligência, infantilização e culpabilização - envolvem uma concepção de velhice e de políticas públicas que precisam ser discutidas na sociedade e na profissão e devem ser refutados para se caminhar no sentido contrário, o do cuidado, do respeito, da valorização e da dignidade das pessoas e os seus direitos de cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo se ocupou em contribuir na aproximação do debate sobre o envelhecimento no Brasil e o trabalho profissional de assistentes sociais com pessoas idosas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Partiu da compreensão do fenômeno do envelhecimento demográfico como uma tendência inquestionável e identificou alguns dos caminhos que o país tem trilhado na construção de respostas que muitas vezes ficam no âmbito das legislações e formulações das políticas, prevalecendo as dificuldades que se assentam na desigualdade social, na efetivação de direitos e na própria compreensão de que as respostas a este fenômeno devem ser construídas coletivamente.

Refuta-se a ideia de que sejam as famílias as principais provedoras de cuidados, uma vez que os seres sociais e históricos têm oportunidades e acessos diferenciados e, por isso, não gozam das mesmas oportunidades de viver a velhice ou de cuidar das pessoas idosas. As condições de classe, raça e gênero impactam a experiência da velhice.

Assim, o contexto econômico que imputa a ideia de que o Estado deve reduzir os “gastos sociais” para garantir a lucratividade financeira através dos pagamentos dos juros da dívida pública é um empecilho que contribui para os recuos na efetivação dos direitos sociais. As políticas públicas precisam existir diante desse desafio e algumas delas foram mencionadas como fundamentais, especialmente aquelas que envolvem o tripé da seguridade social.

O respeito, a dignidade e a luta por justiça social parece ser o caminho a direcionar as mobilizações por direitos da pessoa idosa. Da mesma forma, são princípios que orientam o Serviço Social brasileiro. A pesquisa identificou profissionais que trabalham com essa demanda e não têm evitado a luta, ao reconhecerem a importância da própria qualificação e do compromisso ético profissional como fundamentais para este trabalho. Identificam dificuldades que envolvem a gestão de serviços públicos, mas também concepções que permeiam os espaços sócio ocupacionais e impactam nos limites e nas possibilidades do trabalho.

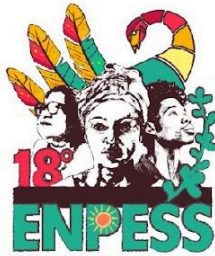
Outras importantes contribuições das assistentes sociais que responderam a esta pesquisa serão tratadas oportunamente no seguimento do processo de análise, como por exemplo: as concepções de velhice; os aspectos para aperfeiçoamento do trabalho; e as propostas que possam qualificar as contribuições do Serviço Social na compreensão e atendimento às demandas do envelhecimento.

Referências:

BEAUVOIR, S. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 24/07/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em 24/07/2024.

DUTRA, B.S.G.; CARVALHO, C.R.A. Violência simbólica: Estigma e infantilização e suas implicações na participação social das pessoas idosas. *Revista Kairós-Gerontologia*, 24 (1), 7-91, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/53722/34951> Acesso em 24/07/2024.

GUERRA, I. A Instrumentalidade do trabalho do assistente social. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para assistentes sociais, "Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4. Brasília: CFESS/ABEPSS; UNB, 2000.

IBGE. Censo Demográfico 2022. Brasília, 2023. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102038.pdf> Acesso em 24/07/2024.

IAMAMOTO, M.V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M.V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na não.

Serviço Social e Sociedade, n.128, jan/abr, 2017. Disponível em:

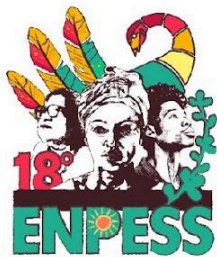
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qJzFVXRhjD6LzNSSXWzCvdR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 24/07/2024.

LEMOS, C.E.S. Entre o Estado, as famílias e o mercado. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, SESC, v.8, n.22, p.39-61, maio/ago, 2013.

MONTENEGRO, R.C.F. *Envelhecimento com dependência e o debate do cuidado como direito social*. Curitiba, PR: CRV, 2021.

PAIVA, S.O.C. *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital*. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

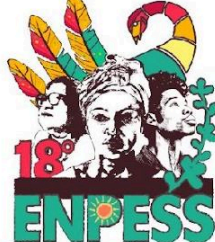
TEIXEIRA, S.M. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**